



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Sexta-feira, 08 de maio de 2026 às 16:27, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

**Nº 8304088: EDITAL DE PREGÃO MATERIAIS ELÉTRICOS PL
80-2026 PR 28**

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Ibiam

MUNICÍPIO

Ibiam



<https://diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:8304088>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<https://diariomunicipal.sc.gov.br>



Assinado Digitalmente por Consórcio de Inovação na Gestão Pública Municipal - CIGA



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 80/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

O **MUNICÍPIO DE IBIAM**, Estado de Santa Catarina, CNPJ 01.612.745/0001-74, representado por seu Prefeito Municipal em exercício CAMILO CEZAR MINOSSO GATTI, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação pública na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 4499/2025 e Lei Complementar nº 123/2006, **visando à aquisição de materiais elétricos padronizados, compreendendo eletrodutos e conexões em PVC**, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Senhor Licitante,

Para formação da proposta de preço e inserção no sistema COMPRAS.GOV.BR, V.S.^a deverá basear-se exclusivamente nas informações do Edital, especialmente nas especificações técnicas do objeto e demais condições do Anexo I – Termo de Referência, desconsiderar as especificações do sistema. O sistema COMPRAS.GOV.BR é apenas a plataforma utilização para realização da sessão pública.

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 do dia 21/05/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:45 horas do dia 21/05/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:45 horas do dia 21/05/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.comprasnet.gov.br

USASG: 980920





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

VALOR MÍNIMO DE LANCE: R\$ 0,01 (um centavo).

Formalização de consultas/encaminhamentos:

LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal de Ibiã

ENDEREÇO: Travessa Leoniza Carvalho de Agostini, 20 – Centro, Município de Ibiã – Santa Catarina, CEP: 89652-000.

Pregoeiro: Fernando Caon.

E-mail: fernando.caon@ibiam.sc.gov.br ou licita@ibiam.sc.gov.br

Telefone: (49) 35340044 ou (49) 92001-3328

1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais elétricos padronizados, novos e em conformidade com as normas técnicas brasileiras, compreendendo eletrodutos e conexões em PVC, cor branca, destinados à execução e manutenção de instalações elétricas prediais das edificações públicas do Município de Ibiã/SC, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

2- PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar do presente Pregão Eletrônico as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital, e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.comprasnet.gov.br.

2.2 - Não será admitida nesta Licitação a participação de:





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

- a) Estrangeiras que não funcionem no País.
- b) Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público de Ibiã, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados
- c) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da lei nº 14.133, de 2021;

2.3 - A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

2.4 - Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3 - REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do Pregão, a licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO”, através do site www.comprasnet.gov.br.

3.1.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2 - O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da Licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante,





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Ibiã, promotor da Licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo **especificações, valor unitário** e demais informações necessárias.

4.1.1 - A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.**

4.1.2 - As **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º, da Lei Complementar 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

4.2 - A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como sua declaração e os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3 - Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico.

4.4 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) Preço unitário para o item e total** em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo **duas casas decimais após a vírgula;**
- b) Especificações detalhadas** do objeto ofertado, consoante as exigências.





c) Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação;

d) Fica estabelecido em sessenta dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da Sessão. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

4.5 - Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não Comprometam o interesse público e da Administração.

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

a) O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.





- b) Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

6.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4. Em caso de empate, no critério de desempate fará o sorteio.

6.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.7. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

6.8. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

6.9. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o Aberto.

6.10. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 0,01 (um centavo) tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

7 – DO MODO DE DISPUTA ABERTO

7.1 - No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.2- A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.3- Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

7.4- Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto.

7.5- A etapa de envio de lances na Sessão Pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da Sessão Pública.

7.6- No caso de empate ficto, de acordo com a LC 123/2006, será oportunizado à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada apresentar proposta de preço inferior àquela considerada Vencedora do Certame no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, sendo que, exercida a oportunidade a que se refere este subitem, sua proposta será classificada em 1º lugar.

7.7- É considerado empate ficto quando as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até cinco por cento superior à proposta mais bem classificada da empresa normal.

7.8- Havendo mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte com proposta de preço no intervalo, proceder-se-á a classificação das mesmas, em ordem crescente, a fim de lhes assegurar a prioridade em caso de inabilitação da imediatamente melhor classificada. As demais propostas serão ordenadas na sequência, igualmente em ordem crescente.

7.9- Caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte recusar o benefício, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese mencionada neste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

7.10- Não verificada a hipótese de empate previsto na legislação ou não exercido o direito, será classificada em 1º lugar a proposta originalmente Vencedora do Certame.

8 – DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes

9 – DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

9.1 – Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata.

9.2 - Encerrado o julgamento das propostas, será solicitada a PROPONENTE VENCEDORA, pelo pregoeiro, no sistema Comprasnet para que seja anexada a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO PRAZO MÍNIMO DE 02 (duas) HORAS.

9.3 - De acordo com o art. 63, inciso II, combinado com o art. 17, § 1º, ambos da Lei nº 14.133/2021, a apresentação dos documentos de habilitação será exigida apenas do licitante vencedor, após a fase de julgamento das propostas, e deverá ser realizada no





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado do envio de mensagem do(a) pregoeiro(a) via sistema.

9.4 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado, via sistema, a encaminhá-los, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas horas).

9.5 - Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará a licitante Vencedora.

9.6 – Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito, ou se a licitante Vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

9.7 – Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pela licitante Vencedora, em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar a licitante declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

9.8 – A licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

10 - HABILITAÇÃO

A habilitação da licitante Vencedora será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

10.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **Registro Comercial**, no caso de empresa individual, ou
- b) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial** e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou
- c) **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, com as alterações.
- d) **Decreto de autorização** e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- e) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- f) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.
- g) consulta do cadastro no SICAF.

10.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

- a) **Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais** e à Dívida Ativa da União;
- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- f) Declaração Unificada (*anexo III*).

10.3 - Quanto a HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante, emitida com antecedência máxima de 90 (noventa) dias da data fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expresse.
- a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

a.2) Caso a Licitante esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar a certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento.

10.3.1 - Quanto a HABILITAÇÃO TÉCNICA:

a) A licitante deverá apresentar no mínimo, **1(um) Atestado de capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, expedido em nome da licitante (pessoa jurídica), comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

10.4 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.4.1- As Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que quiserem participar deste Certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

10.4.2- A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de noventa dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

10.5 - As Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida, mesmo que esta apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.

10.5.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a Vencedora do Certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.5.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no §1º, do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, ou Revogar a Licitação.

11- DO ENVIO DOS DOCUMENTOS

11.1 Para habilitação, as empresas interessadas em participar do pregão deverão anexar no sistema **COMPRASNET**, em local próprio para documentos, toda a documentação de habilitação. Sendo que a documentação anexada evitará a necessidade de envio da mesma por e-mail, bem como trará agilidade na verificação de habilitação das empresas vencedoras.

11.2 Os documentos na forma prevista neste Edital deverão ser inseridos no sistema www.comprasnet.gov.br, juntamente com a proposta. **Obs. Anexar em arquivo único e de preferência em sequência conforme edital.**





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

11.3 Não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

11.4 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão.

11.5 As declarações assinadas deverão ser realizadas preferencialmente na forma digital.

11.6 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções administrativas deste Edital, podendo o (a) Pregoeiro (a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

12 – DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 - A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no Sistema eletrônico, dos seguintes campos:

12.2 - PREÇO POR LOTE.

12.3 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de validade ou de garantia; e número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

12.4 A proposta deverá conter PREÇO POR LOTE, ou seja, a multiplicação da quantidade estimada do item pelo respectivo preço unitário (conforme a unidade e a





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

quantidade mencionada abaixo), expresso em reais, sendo o total com 02 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

12.5 Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

12.6 Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos preços totais ofertados até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

12.7 A licitante deverá considerar, para formulação de sua proposta, as seguintes condições.

12.8 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

12.9 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

12.10 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, NÃO serão passíveis de alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.11 O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

13 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO





13.1 – As Impugnações ao Ato Convocatório do Pregão serão recebidas até três dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

13.1.1 – Caberá ao Pregoeiro, encaminhar a autoridade competente que decidirá sobre a Impugnação no prazo de três dias úteis.

13.1.2 – Deferida a Impugnação contra o Ato Convocatório, poderá ser designada nova data para a realização do Certame.

14 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.

14.1.1 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito.

14.2 - A licitante que manifestar a intenção de Recurso e a mesma ter sido aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de três dias úteis para a apresentação das Razões do Recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as Contrarrazões em igual número de dias.

14.3 - O Recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

14.4 - O acolhimento do Recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5 - Não serão conhecidos os Recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

14.6 - Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta Licitação, a Licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de Recurso.

15 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

15.2 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.3 – Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.4 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.5 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

15.6 - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Portal de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE

16.1 - Na ocorrência de prorrogação do prazo de vigência contratual, pode ser concedido reajuste dos valores propostos pela Licitante Vencedora até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

16.2 - O primeiro reajuste somente ocorrerá depois de decorridos 12(doze) meses da data de protocolo das propostas e assim sucessivamente com os demais possíveis reajustes.

16.3 - O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá vigente até a conclusão da entrega do objeto, do recebimento definitivo e do pagamento, observadas as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e neste instrumento contratual.

17. DA ASSINATURA DO CONTRATO

17.1 Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso e desde que devidamente aceito pela Administração.

17.3 A assinatura deverá ser realizada preferencialmente na forma digital.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

17.4 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.5 O contrato será formalizado com todos os itens constantes no Termo de Referência, contendo a identificação da contratada, descrição do objeto, quantidades, valores contratados e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

17.6 Na hipótese de a vencedora da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, análise da proposta e eventual negociação, celebrar a contratação.

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 – O Município efetuará o pagamento do objeto desta Licitação, a licitante Vencedora, mediante apresentação das faturas seguindo o Decreto Municipal 4499/2025.

A dotação orçamentária para suprir essa contratação é a seguinte:

Secretaria De Administração e Fazenda

Reduzido: 22

Fonte: 1500

Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS





19. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

19.1 A Contratada obriga-se a:

- a) Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, fornecer os materiais constantes do Anexo I – Termo de Referência, com exatidão e zelo, atendendo às normas do presente Edital e seus anexos, responsabilizando-se integralmente pelo fornecimento contratado.
- b) Possuir atividade compatível com o objeto licitado.
- c) Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros ou à Administração, em decorrência do fornecimento do objeto, ficando o Município isento de quaisquer responsabilidades civis, criminais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais.
- d) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os materiais fornecidos em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou desconformidade com as especificações exigidas.
- e) Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que impeça ou dificulte o cumprimento do fornecimento.
- f) Responsabilizar-se integralmente pela entrega do objeto, observadas as especificações técnicas, normas aplicáveis e exigências editalícias.
- g) Atender imediatamente às solicitações relativas à substituição, reposição ou troca dos materiais que não atendam às especificações exigidas.
- h) Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos materiais fornecidos, reservando ao Município o direito de recusá-los caso não atendam aos padrões exigidos.
- i) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

- j) Arcar com todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e demais despesas inerentes ao cumprimento do objeto contratual.
- k) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação sem prévia autorização da Administração.

19.2 A Contratante obriga-se:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos com as especificações constantes do edital, proposta e Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos materiais fornecidos, para que sejam substituídos ou corrigidos.
- d) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, através de servidor designado para este fim.

20. INDICAÇÃO DOS FISCAIS DO CONTRATO:

Nome: Chaiane Rinaldi Gonzatto

Nome: Amarildo Pirolli

20.1 INDICAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO:

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Nome: Luiz Roberto M. Sarmiento

Cargo: Secretário de Administração e Fazenda

21. DAS PENALIDADES

21.1- Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública

22 - DISPOSIÇÕES GERAIS

É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

22.2 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidos à Administração Municipal no endereço anteriormente citado ou pelo telefone (49) 3534-0044, com o Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação vigente.

22.4 No interesse da Administração, e sem que caiba às licitantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) anulada ou revogada, no todo ou em parte, a presente licitação.

22.5 O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação será o da Comarca de Tangará/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Ibiã – SC, 07 de Maio de 2026.

23. – Fazem parte do presente Edital:

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Anexo II – Termo de Referência;

Anexo III - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo IV- Declaração Unificada;

Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preço;

Camilo Cezar Minosso Gatti

Prefeito Municipal

André Luiz Simioni

Procurador Geral do Município – OAB/SC 45097





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

Entidade Contratante: Prefeitura Municipal de Ibiã -SC

Setor requisitante: Secretaria de Administração e fazenda

Nome do Projeto: Fornecimento de Materiais Elétricos

Tipo de contratação: Aquisição de bens e produtos

2. Descrição de necessidade

A adequada manutenção das instalações elétricas nas edificações públicas municipais é essencial para garantir a segurança dos usuários, a continuidade dos serviços públicos e a preservação do patrimônio. No âmbito da Prefeitura Municipal de Ibiã-SC, verifica-se a necessidade de aquisição de materiais elétricos adequados para a condução e proteção de cabos em sistemas de baixa tensão, em razão do desgaste natural das instalações e da necessidade de reposição de insumos compatíveis com as normas técnicas vigentes.

A utilização de materiais inadequados ou deteriorados pode comprometer o funcionamento das instalações elétricas, além de aumentar o risco de falhas, curtos-circuitos e acidentes, impactando diretamente a prestação dos serviços públicos.

Dessa forma, a aquisição dos materiais especificados visa assegurar a manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas, garantindo maior segurança, eficiência e continuidade dos serviços prestados à população.

3. Requisitos da contratação

Diante do cenário identificado, conclui-se neste Estudo Técnico Preliminar que a





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

contratação mais adequada para atender à necessidade da Administração é o fornecimento de materiais elétricos padronizados, novos e em conformidade com as normas técnicas brasileiras, destinados à execução e manutenção de instalações elétricas prediais nas edificações públicas do Município de Ibiá-SC. O objeto compreende eletrodutos e conexões em PVC, na cor branca, a serem utilizados em sistemas de condução e proteção de cabos elétricos em circuitos de baixa tensão, visando garantir a segurança, a eficiência, a conformidade legal e a continuidade dos serviços públicos.

Os requisitos da contratação são:

- Fornecimento de materiais novos, de primeiro uso, isentos de defeitos, atendendo às normas técnicas brasileiras aplicáveis;
- Eletroduto rígido de PVC, tipo sobrepor, cor branca, diâmetro nominal de 1" (25 mm), material anti-chamas, resistente a impactos, umidade e agentes químicos, apropriado para instalações aparentes;
- Abraçadeira tipo click, cor branca, compatível com eletroduto de 1" (25 mm), fabricada em material anti-chamas ou equivalente, para fixação em superfícies verticais ou horizontais;
- Cotovelo 90° em PVC, cor branca, com abertura para inspeção, compatível com eletroduto de 1" (25 mm), material anti-chamas, para mudança de direção;
- Luva de conexão em PVC, cor branca, sistema de encaixe, compatível com eletroduto de 1" (25 mm), material anti-chamas, para união de trechos;
- Todos os itens devem ser fornecidos na cor branca, devidamente identificados e embalados;
- Prazo de entrega de até 15 (quinze) dias corridos, contados da solicitação;
- Entrega em qualquer repartição vinculada à Administração Municipal de Ibiá-SC, conforme indicado no pedido de fornecimento.

4. Levantamento de mercado

No levantamento de mercado realizado para a aquisição dos materiais destinados à execução e manutenção das instalações elétricas das edificações públicas municipais, foram observadas diferentes alternativas de materiais e fornecedores, sempre considerando a qualidade, a adequação às normas técnicas vigentes (NBRs)





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

e o custo envolvido. Os preços utilizados como referência foram obtidos exclusivamente no Banco de Preços do Governo, o que assegura total transparência e alinhamento com valores praticados em contratações públicas recentes. Para cada item necessário — eletroduto de PVC rígido 1", abraçadeira para eletroduto 1", cotovelo 90° para eletroduto 1" e luva de conexão para eletroduto 1" — foi feita a média de três cotações distintas, garantindo confiabilidade à estimativa de custos.

A análise das possibilidades de mercado contemplou materiais fabricados em PVC, aço galvanizado e PVC do tipo sobrepor. Embora o aço galvanizado ofereça maior robustez em ambientes industriais ou de elevada exigência, sua utilização em ambientes administrativos e de baixa tensão, como é o caso das repartições municipais, implica custos mais elevados e maior complexidade de instalação e manutenção. Já os materiais em PVC embutido e sobreposto possuem características apropriadas para as necessidades municipais, sendo compatíveis com ambientes internos e possibilitando eventual remanejamento ou ampliação das instalações com menor impacto estrutural.

Após avaliação técnica e econômica, optou-se pela aquisição de materiais em PVC do tipo sobrepor, solução amplamente adotada em instalações prediais que demandam flexibilidade, manutenibilidade e padronização. Essa alternativa apresenta melhor custo-benefício, conforme verificado nas médias obtidas dos preços (eletroduto de PVC rígido 1": R\$ 9,85; abraçadeira: R\$ 1,82; cotovelo 90°: R\$ 5,34; luva de conexão: R\$ 2,98), além de facilidade de instalação, menor tempo de execução dos serviços e atendimento às necessidades de padronização da Administração Pública. Dessa forma, a escolha assegura não apenas economicidade para o Município de Ibiã-SC, mas também a garantia de segurança, funcionalidade e conformidade legal nas instalações elétricas dos prédios públicos.

5. Descrição da Solução como um todo

A contratação tem por objetivo assegurar o fornecimento contínuo e padronizado de materiais elétricos indispensáveis à execução e manutenção das instalações elétricas prediais do Município de Ibiã-SC, garantindo condições adequadas de





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

funcionamento, segurança e conservação das edificações públicas.

A solução proposta contempla a aquisição de eletrodutos e conexões em PVC, na cor branca, destinados à condução e proteção de cabos elétricos em sistemas de baixa tensão. A utilização de materiais novos, de primeiro uso, fabricados em material anti-chamas e em conformidade com as normas técnicas brasileiras vigentes, contribui para a redução de riscos de falhas, curtos-circuitos, sobrecargas e acidentes, além de assegurar maior durabilidade e desempenho das instalações.

A padronização dos itens, especialmente quanto ao diâmetro nominal de 1" (25 mm), tipo de instalação (sobrepôr) e cor branca, garante compatibilidade entre os componentes, facilita a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, otimiza o controle de estoque e proporciona maior eficiência nas futuras intervenções e ampliações das redes elétricas. Essa uniformidade também contribui para melhor organização e identificação das instalações.

O modelo de fornecimento em entrega única e integral possibilita maior eficiência no planejamento das atividades de manutenção, assegurando a disponibilidade imediata dos materiais e evitando atrasos decorrentes de entregas fracionadas. A escolha da modalidade de pregão, do tipo menor preço por lote, promove a competitividade entre fornecedores e assegura a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da economicidade e eficiência.

Adicionalmente, a exigência de que os materiais sejam devidamente identificados, acondicionados e acompanhados de documentação pertinente, quando aplicável, contribui para a rastreabilidade e o controle dos itens adquiridos. A Administração realizará a conferência dos materiais no ato do recebimento, podendo recusar aqueles que não estejam em conformidade com as especificações estabelecidas, sendo assegurada a substituição sem ônus ao erário.

Dessa forma, a contratação proposta atende à necessidade de manutenção das instalações elétricas prediais, promovendo maior segurança aos usuários, continuidade dos serviços públicos e adequada preservação do patrimônio público, em conformidade com a legislação vigente e o interesse da Administração.

6. Estimativa de Quantitativo e do Valor

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

LOTE 1			
Nome do Item	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Preço Total
Eletroduto rígido em PVC anti-chamas, cor branca, tipo sobrepor, diâmetro nominal de 1" (25 mm), para proteção e condução de cabos elétricos.	100 metros	R\$9,85	R\$985,00
Abraçadeira tipo click em PVC anti-chamas, cor branca, para fixação de eletrodutos de 1" (25 mm)	330 unidades	R\$1,82	R\$600,60
Cotovelo 90° em PVC anti-chamas, cor branca, com janela para inspeção, para eletrodutos de 1" (25 mm)	100 unidades	R\$5,34	R\$534,00
Luva de conexão em PVC anti-chamas, cor branca, para união de eletrodutos de 1" (25 mm)	50 unidades	R\$2,98	R\$149,00
Preço global do lote R\$ 2.268,60			

Preço global da contratação **R\$2.268,60**

6.1 Dotação Orçamentária

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

A dotação orçamentária para suprir essa contratação é a seguinte:

Secretaria De Administração e Fazenda

Reduzido: 22

Fonte: 1500

Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

7. Parcelamento do objeto

No caso em questão, o não parcelamento do objeto se justifica pela necessidade de padronização dos materiais elétricos a serem utilizados nas instalações, especialmente em relação às especificações técnicas, à cor e ao material de composição dos itens. A contratação de um único fornecedor garante que todos os componentes – eletrodutos rígidos de PVC, abraçadeiras, cotovelos e luvas de conexão – sejam plenamente compatíveis entre si, o que é fundamental para assegurar a interoperabilidade, a facilidade de manutenção, a continuidade mecânica das instalações e a uniformidade estética, além de evitar eventuais problemas de incompatibilidade técnica entre produtos de fabricantes distintos.

Ademais, a adoção do parcelamento seria incompatível com esse cenário de padronização exigido pelo projeto, podendo comprometer a qualidade da solução, a segurança das instalações elétricas e o desempenho esperado dos materiais fornecidos. Ressalta-se, ainda, que a Lei 14.133/2021, em seu art. 40, § 3º, inciso III, ampara o não parcelamento quando o processo de padronização tornar indispensável a contratação de fornecedor único, de modo que a decisão está alinhada tanto ao interesse público quanto aos parâmetros legais vigentes.

8. Contratações correlatas e/ou Interdependentes

Após análise detalhada das necessidades específicas e das características técnicas exigidas para o fornecimento de materiais elétricos descritos – envolvendo eletrodutos rígidos de PVC, abraçadeiras, cotovelos e luvas de conexão, todos na





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

cor branca e fabricados em material anti-chamas para uso em instalações prediais de baixa tensão –, constata-se que a presente contratação atende de maneira autônoma e direta à demanda da Prefeitura Municipal de Ibiã-SC, sem que exista correlação ou interdependência com outras contratações já realizadas ou em andamento no âmbito desta Administração. Os itens em questão têm aplicação específica e direta na execução e manutenção das instalações elétricas prediais, não estando vinculados a processos licitatórios, contratos ou aquisições de outros bens, serviços ou materiais, tampouco interferem em outras ações da municipalidade. Desse modo, a contratação ora pretendida não afeta, nem sofre influência, de quaisquer outras contratações paralelas, uma vez que seu objeto possui finalidade clara e autossuficiente, garantindo o atendimento independente das necessidades identificadas, sem gerar externalidades ou dependências com outras aquisições municipais.

9. Plano de Contratações Anual (PCA)

A ausência de previsão da presente contratação no Estudo Técnico Preliminar justifica-se pela inexistência de Plano de Contratações Anual no âmbito deste órgão ou entidade. Em virtude de o Plano não ter sido elaborado para o exercício em curso, não houve a possibilidade de incluir previamente a necessidade de fornecimento de materiais elétricos, destinados à execução e manutenção de instalações elétricas prediais, compreendendo eletrodutos e conexões em PVC na cor branca. Ressalta-se que a demanda pela contratação emergiu posteriormente, em decorrência da necessidade de manutenção corretiva e preventiva das instalações elétricas, visando garantir a segurança e o adequado funcionamento das atividades institucionais.

Dessa forma, a contratação ora pretendida não consta do referido Plano de Contratações Anual, uma vez que este instrumento não foi elaborado pelo órgão ou entidade responsável. A adoção do procedimento decorre, portanto, de imperiosa necessidade operacional e técnica, observando-se estritamente os princípios da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

10. Demonstrativos dos resultados pretendidos

Com a contratação do fornecimento de materiais elétricos conforme especificado, a Prefeitura Municipal de Ibiã-SC espera alcançar resultados significativos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. A padronização dos insumos, aliada ao cumprimento rigoroso das normas técnicas nacionais, permite otimizar os investimentos públicos ao garantir durabilidade e segurança nos sistemas elétricos das repartições municipais. Ao adquirir produtos de qualidade e especificação adequada, os gastos decorrentes de manutenções emergenciais, substituições frequentes e acidentes são drasticamente reduzidos, proporcionando economia direta e indireta ao erário municipal.

Além disso, ao assegurar o fornecimento permanente e padronizado de materiais essenciais para manutenção e expansão das instalações elétricas, a administração municipal poderá planejar com antecedência intervenções preventivas e corretivas. Isso se traduz em melhor aproveitamento dos recursos humanos, uma vez que as equipes de manutenção trabalham de forma mais eficiente, evitando deslocamentos desnecessários e retrabalho por falta de insumos adequados. Como resultado, há também racionalização do uso dos recursos materiais, pois a adesão a itens compatíveis entre si facilita a gestão de estoques e minimiza perdas.

Dentre os principais resultados pretendidos com a contratação, destacam-se:

- Redução de custos operacionais e de manutenção emergencial, promovendo maior controle e previsibilidade das despesas municipais;
- Ampliação da vida útil das instalações elétricas, preservando os investimentos públicos e diminuindo a necessidade de futuras aquisições;
- Otimização dos serviços dos profissionais de manutenção, proporcionando condições adequadas para intervenções rápidas, seguras e eficazes;





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

- Garantia da conformidade legal e regulatória, prevenindo multas, autuações e outros problemas junto aos órgãos fiscalizadores;
- Melhoria da segurança dos usuários e servidores das edificações públicas, protegendo vidas e patrimônio municipal;
- Continuidade e qualidade na prestação dos serviços públicos municipais, sem interrupções causadas por falhas elétricas.

Dessa forma, ao investir na aquisição planejada e padronizada dos materiais elétricos, a Prefeitura de Ibiã-SC não apenas zela pela eficiência e legalidade dos processos administrativos, mas também reafirma seu compromisso com a segurança e bem-estar de toda a população e servidores municipais.

11. Providências prévias a serem adotadas

Antes da celebração do contrato para o fornecimento dos materiais elétricos destinados à execução e manutenção de instalações elétricas prediais, a Prefeitura Municipal de Ibiã-SC deverá adotar algumas providências essenciais para garantir o correto recebimento, armazenamento e fiscalização dos itens a serem entregues. Inicialmente, é imprescindível a disponibilização de um local físico adequado para o armazenamento provisório dos materiais. Esse espaço deverá ser seguro, seco e protegido de intempéries, de modo a conservar os materiais elétricos em perfeito estado até sua utilização pelas equipes responsáveis pelas instalações e manutenções. A organização adequada do espaço, com identificação e controle de entrada e saída de materiais, contribuirá para evitar perdas, extravios ou danos aos produtos adquiridos.

Adicionalmente, deverá ser designado dois servidores para exercer as funções de fiscais do contrato, em consonância com a legislação vigente. Para esse fim, indica-se os servidores Chaiane Rinaldi Gonzatto e Amarildo Piroli e





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

como Gestor do Contrato Luiz Roberto M. Sarmento, que ficaram responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e gestão contratual. Caberá a eles zelar pela conformidade da entrega dos materiais, observando as especificações técnicas mínimas exigidas no edital, bem como monitorar a qualidade dos produtos recebidos e a observância das normas técnicas brasileiras aplicáveis. Os servidores indicados deverão ainda registrar eventuais ocorrências, comunicar à administração qualquer irregularidade e adotar as providências cabíveis para assegurar o pleno atendimento ao interesse público e à legislação relativa às contratações públicas. Essas medidas são fundamentais para garantir a transparência, eficiência e regularidade na execução do contrato.

12. Possíveis impactos ambientais

Neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela inexistência de possíveis impactos ambientais relevantes relacionados à contratação referente ao fornecimento de eletrodutos e conexões em PVC para instalações elétricas prediais de baixa tensão. O objeto da contratação está restrito ao fornecimento de materiais acabados, novos e de primeiro uso, os quais deverão atender integralmente às normas técnicas brasileiras vigentes, incluindo critérios de segurança e sustentabilidade aplicáveis ao setor.

Cabe ressaltar que os itens a serem fornecidos (eletrodutos rígidos de PVC, abraçadeiras, cotovelos e luvas de conexão) são produtos industrializados e amplamente utilizados no mercado, cujos potenciais impactos ambientais são mitigados por processos padronizados de fabricação e regulamentação ambiental já aplicados pelos fabricantes. Ademais, a utilização destes materiais não envolve geração de resíduos perigosos, emissão de poluentes atmosféricos ou despejos industriais, limitando-se à sua instalação e manutenção em ambientes internos, sem descarte irregular previsto durante a vigência do fornecimento.

Dessa forma, considerando as características do objeto, as normas ambientais





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

aplicáveis ao setor de fabricação dos materiais e o uso final restrito a instalações prediais, entende-se que eventuais impactos ambientais são irrelevantes ou já tratados de forma rotineira e suficiente pelos fornecedores. Assim, não se identificam razões para exigir medidas adicionais de controle ou licenciamento ambiental específico para a contratação pretendida.

13. Conclusão

Diante da análise realizada neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida para o fornecimento de materiais elétricos destinados à execução e manutenção de instalações elétricas prediais, compreendendo eletrodutos e conexões em PVC, na cor branca, atende de forma adequada à necessidade apresentada, visto que as especificações técnicas mínimas e condições gerais estabelecidas garantem a qualidade, a segurança e a conformidade dos materiais com as normas técnicas brasileiras. Dessa forma, manifesta-se pelo prosseguimento do processo de contratação, por entender que a solução proposta se mostra suficiente e compatível com os requisitos e objetivos demandados.

06 de maio de 2026, Prefeitura Municipal de Ibiá -SC

Carine Slongo Falchetti
Estagiária

Luiz Roberto M. Sarmento
Secretário da Administração e Fazenda





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 80

1. Condições Gerais de Contratação

LOTE 1			
Nome do Item	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Preço Total
Eletroduto rígido em PVC anti-chamas, cor branca, tipo sobrepor, diâmetro nominal de 1" (25 mm), para proteção e condução de cabos elétricos. Quantidade: 100 metros	100 metros	R\$9,85	R\$985,00
Abraçadeira tipo click em PVC anti-chamas, cor	330 unidades	R\$1,82	R\$600,60

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

branca, para fixação de eletrodutos de 1" (25 mm) (em unidades)			
Cotovelo 90° em PVC anti-chamas, cor branca, com janela para inspeção, para eletrodutos de 1" (25 mm) (em unidades)	100 unidades	R\$5,34	R\$534,00
Luva de conexão em PVC anti- chamas, cor branca, para união de eletrodutos de 1" (25 mm) (em unidades)	50 unidades	R\$2,98	R\$149,00
Preço global do lote R\$ 2.268,60			

Preço global da contratação **R\$2.268,60**

1.1 Aquisição de materiais elétricos padronizados, novos e em conformidade com as normas técnicas brasileiras, compreendendo eletrodutos e conexões em PVC, cor branca, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Decreto n 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 1 ano contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n 14.133, de 2021.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 A contratação não consta do Plano de Contratações Anual, uma vez que este instrumento não foi elaborado pelo órgão ou entidade responsável, decorrendo de imperiosa necessidade operacional e técnica.

3. Descrição da Solução como um Todo Considerado o Ciclo de Vida do Objeto e Especificação do Produto

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da Contratação

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

objeto, devem ser priorizados produtos que sejam fabricados a partir de materiais recicláveis ou que adotem práticas sustentáveis em sua produção, devendo tais critérios ser observados em eventual empate entre fornecedores.

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei n 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4 Considerando que o objeto será licitado por lote único, em razão da necessidade de padronização, compatibilidade técnica e perfeita integração entre os materiais elétricos que compõem a solução, não será aplicada a reserva de cota prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.5 O não parcelamento do objeto e a não adoção de cota reservada justificam-se pela necessidade de fornecimento de materiais compatíveis entre si, visando garantir a uniformidade das instalações, a segurança técnica, a facilidade de manutenção e a adequada execução da solução pretendida, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de Execução do Objeto

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 15 dias corridos, contados da solicitação ou ordem de fornecimento, em remessa única.

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

5.3 Os bens deverão ser entregues em qualquer repartição vinculada à Administração Municipal de Ibiã-SC, conforme solicitação.

5.4 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei n 8.078, de 11 de setembro de 1990.

5.5 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de Gestão do Objeto

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela fiscal de obras Chaiane Rinaldi Gonzatto e Diretor de Obras Amarildo Pirolli.

6.6 Os fiscais do contrato acompanharão a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

6.7 Os fiscais do contrato anotarão no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, os fiscais do contrato emitirão notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9 Os fiscais do contrato informarão ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, os fiscais do contrato comunicarão o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11 Os fiscais do contrato verificarão a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanharão o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.12 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, os fiscais do contrato atuarão tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.13 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7. Infrações e Sanções Administrativas

Travessa Loniza Carvalho Agostini, 20 - Fone: (49) 3534-0044 - CEP 89652-000 - IBIAM - SC
CNPJ 01.612.745/0001-74 - E-mail: adm@ibiam.sc.gov.br - Site: www.ibiam.sc.gov.br





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n 14.133, de 2021, o Contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, der causa à inexecução total do contrato, ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado, apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, ou praticar ato lesivo previsto no art. 5 da Lei n 12.846, de 1 de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções: advertência, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade para licitar e contratar, e multa.

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n 14.133, de 2021.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

7.9 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.10 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.11 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o Contratante e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

7.12 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial.

7.13 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas.

7.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.15 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n 14.133, de 2021.

8. Critérios de Medição e de Pagamento

8.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.6 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

8.7 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.8 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF.

8.9 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 dias úteis contados da finalização





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

da liquidação da despesa.

8.10 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.12 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta.

9. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor e Forma de Fornecimento

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

9.2 O fornecimento do objeto será integral.

9.3 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, e qualificação econômico-financeira, conforme exigências legais vigentes.

9.4 O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.5 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10. Estimativas do Valor da Contratação





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

10.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 2.268,60.

10.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado.

11 Adequação Orçamentária

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria de Administração e Fazenda

Reduzido: 22

Fonte: 1500

Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS

12. Disposições Finais

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Flávia Araldi

Diretora de Licitações

Prefeitura Municipal de Ibiã -SC





ANEXO III

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 80/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

MODELO PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO SOCIAL:.....

CNPJ:.....

INSC. ESTADUAL:.....

ENDEREÇO:.....

E-MAIL:.....

TELEFONE;

BANCO:

AGENCIA:

CONTA CORRENTE:.....

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	Preço Unitário	Preço Total
------	-----------	-------------------------	--------	-------------------	----------------





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Folha Nº _____

Rubrica _____

Total Geral:

Validade mínima da proposta 60(sessenta dias) dias

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa





ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto:

_____.

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Ibiã/SC

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ/MF nº, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (*)

(*) Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

• Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho





noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

- Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Que nos quadros da empresa inexistem sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou servidor em exercício neste município, ocupante de cargo de direção na Administração Pública, servidores cedidos ou colocados à disposição desta Prefeitura direta ou indireta, ou ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;
- Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Pregão Eletrônico;





• Ocorrerão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços do objeto;

• Que o ato constitutivo apresentado é o vigente;

• Que são autênticas as cópias e as assinaturas dos documentos apresentados;

- Declaramos para os devidos fins que os produtos entregues são de boa qualidade;

• Declara, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

• Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a).

....., Portador(a) do RG sob nº

..... e CPF nº,

cuja função/cargo é (sócio

administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de**

Registro de Preços/contrato.

• Declaramos, para os devidos fins que a Conta Corrente p/ Depósito:

Banco: Agência:.....

• Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar Ata de Registro de Preços/Contrato assinado para o seguinte endereço:

• **E-mail:** _____

• **Telefone:** () _____

• **Cidade:** **Bairro:**..... **Rua:**..... **nº** **CEP:**.....





• Caso altere o citado e-mail, telefone ou endereço comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Ibiã, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos;

• Nomeamos e constituímos o senhor(a) _____, portador(a) do CPF/MF sob n.º _____, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do Ata de Registro de Preços/Contrato, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Ata de Registro de Preços /Contrato.

_____, _____, de 2026.

Assinatura do Responsável pela Empresa



**ANEXO V****MINUTA DO CONTRATO Nº**

Que entre si fazem o Município de Ibiã-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiã - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. CAMILO CÉZAR MINOSSO GATTI denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa,, CNPJ:, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º, com sede na Rua, neste ato representado pelo Sr., de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Pregão nº 23/2026, Processo Licitatório 80/2026, sujeitando-se as normas da Lei 14.133 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 23/2026, homologado em ____ de _____ de 2026, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a **aquisição de materiais elétricos padronizados, novos e em conformidade com as normas técnicas brasileiras, compreendendo eletrodutos e conexões em PVC, cor branca, destinados à execução e manutenção de instalações elétricas prediais das edificações públicas do Município de Ibiã/SC**, em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº 23/2026, com o Termo de Referência, com a proposta vencedora e com as demais peças que integram o Processo de Licitação nº 80/2026.

1.2. O objeto contratual compreende o fornecimento dos materiais elétricos constantes no item licitado, observadas as especificações mínimas constantes no Termo de Referência, devendo os produtos ser novos, sem uso, em embalagem original do fabricante, íntegros,





sem avarias, deformações ou sinais de violação, em conformidade com as normas técnicas vigentes e adequados à finalidade a que se destinam.

1.3. Integram o padrão mínimo de qualidade do objeto, sem prejuízo de outras exigências constantes do edital e do Termo de Referência:

I – Integridade física dos materiais e embalagens;

II – Conformidade dos materiais com as especificações técnicas exigidas;

III – Compatibilidade entre os itens fornecidos;

IV – Observância das normas técnicas brasileiras aplicáveis;

V – Correspondência entre os materiais entregues e as especificações da proposta adjudicada.

1.4. O fornecimento será executado conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente expedido pelo setor competente, observado o quantitativo contratado.

1.5. As entregas deverão ocorrer no local indicado pela Administração na respectiva Autorização de Fornecimento ou solicitação equivalente, podendo ser designado como local de recebimento qualquer repartição pública municipal previamente informada pelo Município.

1.6. O objeto deste contrato destina-se exclusivamente ao atendimento das necessidades da Administração Municipal, voltadas à manutenção e execução de instalações elétricas prediais das edificações públicas do Município, vedado o fornecimento de materiais em desacordo com a destinação, qualidade, quantidade e especificações estabelecidas neste instrumento e nos documentos que o integram.

1.7. Vinculam-se a este contrato, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 23/2026, o Termo de Referência, a proposta da CONTRATADA, os atos do procedimento licitatório e a legislação aplicável,





prevalecendo, em caso de divergência, o interesse público, a legalidade do procedimento e a interpretação sistemática do ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 2.1. Pela execução do objeto descrito na Cláusula Primeira, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores constantes da proposta vencedora homologada no procedimento licitatório, perfazendo o valor total de R\$ 2.268,60 (dois mil, duzentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos), correspondente ao quantitativo total contratado, nos termos da proposta vencedora homologada no procedimento licitatório.

2.2. Estão compreendidos no preço contratado todos os custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento do objeto, inclusive despesas com aquisição, embalagem, carga, descarga, transporte, frete, seguro, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, custos operacionais, despesas administrativas, substituições por vício, defeito ou desconformidade, bem como quaisquer outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, nada mais sendo devido além dos valores expressamente pactuados, salvo hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro.

2.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, observada a seguinte vinculação:

Secretaria de Administração e Fazenda;

Reduzido: 22;

Detalhamento: 33903024 – MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS;

Fonte: 1500 – Recursos não vinculados de impostos.





2.4. A existência de dotação orçamentária e a emissão da respectiva nota de empenho constituem pressupostos para a realização dos pagamentos devidos, observadas as regras financeiras e orçamentárias aplicáveis à Administração Pública.

2.5. O preço contratado permanecerá vinculado à proposta vencedora e às condições da licitação, sem prejuízo da disciplina específica de reajuste e de reequilíbrio econômico-financeiro, a ser tratada em cláusula própria, vedada a alteração remuneratória por mera liberalidade ou por motivo não amparado em lei e em prova idônea.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

3.1. O fornecimento será executado em entrega única, mediante emissão de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente expedido pelo setor competente, observado o quantitativo contratado, no qual constarão o local de entrega e as orientações operacionais pertinentes.

3.2. A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos produtos no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da respectiva Autorização de Fornecimento, no local indicado pela Administração, em dias úteis e durante o horário de expediente, salvo ajuste diverso formalmente autorizado pelo setor requisitante.

3.3. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo transporte, carga, descarga, acondicionamento e entrega dos produtos, devendo adotar todas as cautelas necessárias para preservar a integridade física, a qualidade, a segurança sanitária e a adequação dos itens até o efetivo recebimento pela Administração.

3.4. Os produtos entregues deverão observar rigorosamente as especificações contratuais e do Termo de Referência, especialmente quanto a:

I – tratar-se de materiais elétricos novos e sem uso;

II – estar em conformidade com as especificações técnicas exigidas;





III – apresentar integridade física, sem avarias, deformações ou danos;

IV – estar em embalagem original do fabricante, quando aplicável;

V – possuir compatibilidade entre os itens fornecidos;

VI – observar as normas técnicas brasileiras aplicáveis.

3.5. O recebimento do objeto dar-se-á em duas etapas:

I – **recebimento provisório**, no ato da entrega, mediante conferência inicial da quantidade, da integridade aparente das embalagens e da correspondência com a Autorização _____ de _____ Fornecimento;

II – **recebimento definitivo**, após verificação detalhada da conformidade dos produtos com as exigências contratuais, com o Termo de Referência e com as normas aplicáveis, especialmente quanto à qualidade, validade, integridade das embalagens, peso mínimo e regularidade sanitária.

3.6. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto, nem afasta o dever da CONTRATADA de responder por vícios, defeitos, desconformidades, irregularidades de qualidade ou inadequação dos produtos fornecidos.

3.7. Serão recusados, no todo ou em parte, os produtos que apresentarem qualquer das seguintes hipóteses:

I – desacordo com as especificações contratuais ou do Termo de Referência;

II – quantidade divergente da solicitada;

III – embalagens violadas, danificadas, deformadas ou com sinais de deterioração;

IV – prazo de validade inadequado ou vencido;

V – defeitos, avarias ou qualquer circunstância que comprometa a qualidade ou a segurança _____ para _____ consumo;

VI – ausência de informações obrigatórias de rotulagem ou procedência.





3.8. Na hipótese de recusa, total ou parcial, a CONTRATADA deverá promover, às suas expensas e sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, a **substituição dos produtos rejeitados** no prazo fixado pela Administração na notificação formal, mantidas integralmente as condições originais da contratação.

3.9. Verificada a impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente o fato ao CONTRATANTE **imediatamente após a ciência do impedimento**, apresentando justificativa circunstanciada e documentação comprobatória, sem que tal comunicação, por si só, gere direito à prorrogação automática do prazo ou afaste eventual responsabilização contratual.

3.10. O recebimento definitivo será formalizado por servidor designado, mediante ateste no documento fiscal correspondente ou por outro registro formal idôneo, desde que constatado o atendimento integral das exigências contratuais.

3.11. A aceitação provisória ou definitiva não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, segurança, adequação e conformidade dos produtos fornecidos, permanecendo ela obrigada a reparar, substituir ou corrigir, às suas expensas, quaisquer irregularidades posteriormente identificadas.

3.12. O fornecimento somente será considerado regularmente executado quando os produtos forem entregues, conferidos, aceitos e atestados pela Administração, na forma desta cláusula e das demais disposições contratuais.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento devido à CONTRATADA será efetuado **após o recebimento definitivo do objeto**, mediante apresentação da respectiva **nota fiscal** e do **arquivo XML**, os quais deverão ser encaminhados aos endereços eletrônicos indicados pela Administração, observadas as exigências deste contrato, do Termo de Referência e do Decreto Municipal nº 4499/2025.





4.2. O pagamento ficará condicionado, cumulativamente:

- I – à efetiva entrega dos produtos na forma solicitada;
- II – ao recebimento definitivo e ao ateste pelo servidor competente;
- III – à apresentação regular da documentação fiscal correspondente;
- IV – à inexistência de vícios, defeitos ou pendências relacionadas ao objeto fornecido;
- V – à observância da ordem cronológica e dos procedimentos administrativos aplicáveis no âmbito municipal, na forma do Decreto Municipal nº 4499/2025.

4.3. A nota fiscal deverá ser emitida em conformidade com o objeto efetivamente fornecido, contendo os elementos necessários à liquidação da despesa, inclusive identificação do contrato, do processo licitatório, da Autorização de Fornecimento, do quantitativo entregue e demais dados exigidos pela Administração.

4.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que a Administração, por meio do setor competente, proceder ao protocolo regular do documento fiscal apto à liquidação, acompanhado do respectivo ateste de recebimento definitivo.

4.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, inconsistência nos dados do fornecimento, divergência entre os itens faturados e os efetivamente entregues, ausência do arquivo XML, pendência documental ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a regularização pela CONTRATADA, sem que disso decorra direito à atualização monetária ou compensação financeira durante o período de saneamento imputável à fornecedora.

4.6. Antes de cada pagamento, a Administração poderá verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade exigidas na contratação, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, adotando as providências administrativas cabíveis em caso de irregularidade superveniente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.





4.7. Constatada irregularidade sanável, a CONTRATADA poderá ser notificada para promover sua regularização no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da adoção das medidas legais e contratuais pertinentes.

4.8. O pagamento será realizado apenas em relação às quantidades efetivamente entregues, recebidas definitivamente e aceitas pela Administração, vedado qualquer pagamento antecipado, bem como o pagamento de itens rejeitados, não entregues ou fornecidos em desacordo com este contrato.

4.9. Quando do pagamento, serão observadas as retenções tributárias legalmente cabíveis, na forma da legislação aplicável, ressalvadas as hipóteses de tratamento tributário favorecido regularmente comprovadas pela CONTRATADA.

4.10. Nos casos de eventual atraso de pagamento imputável exclusivamente ao CONTRATANTE, e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para a mora administrativa, poderão incidir os encargos legalmente cabíveis, na forma da legislação aplicável e dos critérios administrativos adotados pelo Município, observada a devida apuração no processo correspondente.

4.11. O pagamento não importa em quitação plena e irrestrita da execução contratual, permanecendo resguardado ao CONTRATANTE o direito de exigir a correção de vícios, a substituição de produtos inadequados, a reparação de danos e a aplicação das sanções cabíveis, caso constatadas irregularidades posteriormente.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. A vigência do presente contrato será de 01 (um) ano, com termo inicial na data de sua assinatura, ou se encerrará com a efetiva e integral aquisição dos materiais neste descritos, prevalecendo a condição que primeiro se verificar.

5.2. A execução do objeto ocorrerá em entrega única, mediante emissão de Autorização de Fornecimento expedida pelo setor competente, devendo a CONTRATADA observar





os prazos, quantidades, local de entrega e demais orientações operacionais estabelecidas pela Administração.

5.3. A emissão da Autorização de Fornecimento constituirá o marco específico para exigibilidade da entrega, devendo a CONTRATADA cumprir integralmente as condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência e neste contrato.

5.4. Durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá manter capacidade operacional suficiente para cumprir integralmente o fornecimento contratado, assegurando a observância dos prazos de entrega, padrão de qualidade dos materiais e conformidade com as especificações técnicas exigidas.

5.5. O término da vigência contratual não prejudicará a apuração de responsabilidades da CONTRATADA por obrigações assumidas, vícios dos materiais fornecidos, irregularidades de execução, danos causados à Administração ou a terceiros, nem afastará a incidência das sanções legal e contratualmente cabíveis.

5.6. Encerradas a entrega, o recebimento definitivo e o pagamento do objeto, considerar-se-ão integralmente cumpridas as obrigações principais decorrentes do presente contrato, permanecendo exigíveis apenas as responsabilidades posteriores decorrentes da garantia, vícios, defeitos ou demais obrigações legalmente aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. Os preços contratados permanecerão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta, admitida a concessão de reajuste, após esse período, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, na forma da legislação aplicável.

6.2. Distintamente do reajuste, poderá ser reconhecido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que comprovada, de forma robusta e idônea, a ocorrência de fato superveniente, imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, ou





ainda de fato do príncipe, caso fortuito ou força maior, que tenha provocado desequilíbrio relevante entre os encargos da CONTRATADA e a remuneração contratualmente ajustada, nos termos da legislação aplicável.

6.3. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado por escrito, com exposição clara dos fatos, indicação objetiva do impacto econômico ocorrido e apresentação de documentação comprobatória suficiente, incluindo, quando pertinente:

I – notas fiscais de aquisição;

II – tabelas, listas ou pesquisas oficiais de preços;

III – planilhas comparativas de composição de custos;

IV – documentos contemporâneos à apresentação da proposta e ao momento do pedido;

V – memória de cálculo demonstrando a efetiva repercussão do evento extraordinário sobre o preço contratado.

6.4. O simples aumento ordinário de custos de mercado, a oscilação previsível de preços, a má gestão empresarial, erro de dimensionamento da proposta ou circunstância inerente ao risco normal da atividade econômica não autorizam, por si sós, a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro.

6.5. Recebido o pedido, o CONTRATANTE procederá à análise técnica e jurídica da pretensão, podendo requisitar documentos complementares, diligências ou manifestações adicionais, somente sendo admissível eventual alteração do preço após decisão administrativa formal e, se for o caso, celebração do respectivo termo aditivo.

6.6. Independentemente de solicitação da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá, quando verificada redução relevante dos preços praticados no mercado, instaurar procedimento administrativo para avaliar a necessidade de revisão contratual em benefício do interesse público, assegurada a prévia oitiva da contratada e preservada a qualidade do objeto pactuado.





6.7. Nenhum reequilíbrio econômico-financeiro será devido sem prévia formalização administrativa, sendo vedado à CONTRATADA suspender fornecimentos, retardar entregas, condicionar execuções ou emitir cobrança com valores unilateralmente alterados antes do pronunciamento formal da Administração.

6.8. A análise de reequilíbrio econômico-financeiro deverá observar, além da legislação de regência, a natureza específica do objeto contratado, a documentação produzida no processo administrativo e o dever de preservação simultânea da equação econômico-financeira do contrato e da vantajosidade para a Administração Pública.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais previstas no Edital, no Termo de Referência, na proposta apresentada, na legislação aplicável e neste contrato:

I – fornecer os produtos objeto deste contrato em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas estabelecidas no procedimento licitatório, especialmente quanto ao especificações técnicas, integridade dos materiais, compatibilidade entre os itens e conformidade com as normas técnicas aplicáveis;

II – executar o fornecimento em entrega única, conforme as Autorizações de Fornecimento emitidas pela Administração, observando rigorosamente os prazos, locais de entrega, quantidades requisitadas e demais orientações expedidas pelo setor competente;

III – entregar os produtos em perfeitas condições de uso, conservação e utilização, devidamente acondicionados, embalados e identificados, acompanhados da respectiva documentação fiscal, contendo as informações necessárias à conferência, ao recebimento e à liquidação da despesa;

IV – responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carga, descarga, manuseio, conservação e entrega dos produtos, suportando todos os custos correspondentes, de





modo a assegurar que os itens cheguem ao local indicado em perfeitas condições de integridade e adequação de utilização;

V – garantir que os produtos fornecidos sejam originais, íntegros, de procedência regular, em conformidade com as especificações técnicas e normas aplicáveis, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias, consumeristas e regulatórias aplicáveis;

VI – substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, no prazo fixado pela Administração, os produtos recusados, avariados, vencidos, em desacordo com as especificações contratuais ou que apresentem defeitos, vícios, irregularidades ou qualquer condição incompatível com sua finalidade pública;

VII – responder, independentemente do recebimento provisório ou definitivo, pela qualidade, segurança, adequação e conformidade dos produtos fornecidos, permanecendo responsável por vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação, falhas de acondicionamento, irregularidades de transporte ou qualquer desconformidade verificada posteriormente;

VIII – comunicar formalmente ao CONTRATANTE, imediatamente após a ciência do fato, qualquer ocorrência que possa comprometer o regular cumprimento das obrigações contratuais, inclusive situações que possam impactar prazo, quantidade, qualidade, logística de entrega ou disponibilidade do produto, apresentando justificativa circunstanciada e documentação comprobatória;

IX – manter, durante toda a vigência contratual e enquanto perdurarem obrigações dela decorrentes, todas as condições de habilitação, qualificação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigidas no procedimento licitatório, comunicando prontamente eventual alteração superveniente relevante;





X – atender, com diligência e presteza, às notificações, determinações, solicitações e orientações expedidas pelo fiscal do contrato, pelo gestor contratual ou por autoridade competente do CONTRATANTE, adotando as providências necessárias à regular execução do ajuste;

XI – arcar integralmente com todos os custos diretos e indiretos da execução contratual, inclusive despesas com aquisição, frete, tributos, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, securitários, administrativos, logísticos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto;

XII – responder civil, administrativa e, quando for o caso, criminalmente, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, culpa ou dolo, defeito do produto, vício de qualidade, falha de execução, desconformidade técnica ou descumprimento contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis;

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, nem ceder, subcontratar ou delegar sua execução sem prévia e expressa autorização da Administração, quando juridicamente cabível, permanecendo, em qualquer hipótese, integralmente responsável perante o CONTRATANTE;

XIV – emitir corretamente as notas fiscais correspondentes aos fornecimentos realizados, observando a descrição adequada do objeto, os quantitativos efetivamente entregues, o número do processo licitatório, o número do contrato, a Autorização de Fornecimento e demais dados exigidos para a liquidação regular da despesa;

XV – observar, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante à qualidade, segurança e responsabilidade pelos vícios e defeitos dos produtos fornecidos;

XVI – preservar o padrão uniforme de qualidade dos itens entregues durante toda a execução contratual, vedada a substituição por produto inferior, por marca incompatível





com a proposta ou por item que não atenda às exigências mínimas do edital e do Termo de Referência;

XVII – abster-se de suspender, retardar ou condicionar o fornecimento em razão de pleitos administrativos pendentes, salvo nas hipóteses expressamente autorizadas pela Administração ou amparadas por determinação formal competente;

XVIII – cumprir integralmente a legislação aplicável às contratações públicas, às normas técnicas, tributárias, consumeristas e empresariais incidentes, bem como as determinações legítimas expedidas pelos órgãos de controle e fiscalização no âmbito de suas competências.

7.2. A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, previdenciários, civis ou quaisquer outros decorrentes da execução contratual não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularidade do fornecimento, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.

7.3. A atuação da fiscalização contratual não exclui, limita ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, tampouco implica corresponsabilidade do CONTRATANTE por irregularidades, vícios, defeitos ou danos decorrentes do fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, no Edital, no Termo de Referência e neste contrato:

I – emitir a Autorização de Fornecimento ou documentos equivalentes contendo as informações necessárias à execução do objeto, especialmente quanto à quantidade, local de entrega e orientações operacionais pertinentes;





II – proporcionar as condições administrativas necessárias ao regular cumprimento do contrato, prestando à CONTRATADA, quando cabível, as informações e os esclarecimentos indispensáveis à adequada execução do objeto;

III – receber os produtos entregues pela CONTRATADA, procedendo à conferência quantitativa e qualitativa, na forma prevista neste contrato, no Edital e no Termo de Referência, inclusive quanto à integridade e conformidade técnica;

IV – promover o recebimento provisório e, sendo o caso, o recebimento definitivo do objeto, mediante ateste por servidor competente, desde que verificado o atendimento integral das exigências contratuais;

V – rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações do contrato, do Termo de Referência, da proposta vencedora ou das normas aplicáveis, notificando a CONTRATADA para substituição, correção ou regularização;

VI – acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidor ou equipe formalmente designada, registrando as ocorrências relevantes, determinando as providências necessárias à correção de falhas e adotando, quando for o caso, as medidas administrativas cabíveis;

VII – notificar formalmente a CONTRATADA sobre imperfeições, falhas, vícios, irregularidades, atrasos ou desconformidades verificadas na execução do objeto, concedendo-lhe, quando cabível, prazo razoável para saneamento, sem prejuízo da aplicação das medidas legais e contratuais pertinentes;

VIII – efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, relativamente aos materiais efetivamente entregues, recebidos definitivamente e atestados, desde que observadas as condições previstas neste contrato e na legislação aplicável;





IX – verificar, antes do pagamento ou quando necessário à gestão do contrato, a manutenção das condições de habilitação e regularidade da CONTRATADA, adotando as providências cabíveis em caso de irregularidade superveniente;

X – aplicar, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, as sanções administrativas cabíveis em caso de inexecução, execução irregular, descumprimento contratual ou infração legal praticada pela CONTRATADA;

XI – zelar pela legalidade, economicidade, eficiência, continuidade e adequada formalização da execução contratual, adotando as providências necessárias à proteção do interesse público e à correta instrução do processo administrativo correspondente;

XII – comunicar à CONTRATADA eventuais alterações de local de entrega, ajustes operacionais ou necessidades supervenientes relacionadas à execução contratual, desde que compatíveis com o objeto licitado e formalizadas de modo idôneo;

XIII – praticar os atos de gestão e fiscalização necessários à boa execução do contrato, inclusive quanto à formalização de ocorrências, análise de pedidos da contratada, eventuais alterações contratuais, apuração de responsabilidades e adoção de medidas de regularização;

XIV – manter os registros administrativos necessários à comprovação da execução contratual, dos recebimentos, das notificações, dos pagamentos, das ocorrências e das providências adotadas ao longo da vigência do ajuste.

8.2. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que relacionados à execução deste contrato, nem por danos causados a terceiros por ato, omissão, culpa, dolo, vício do produto ou falha de execução imputável à contratada, a seus empregados, prepostos, fornecedores ou representantes, ressalvadas as hipóteses de responsabilidade legalmente impostas à Administração.





8.3. O exercício da fiscalização pelo CONTRATANTE não afasta nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto, pela qualidade dos materiais fornecidos e pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas.

8.4. Sempre que necessário à adequada execução contratual, o CONTRATANTE poderá expedir orientações complementares, solicitar documentos, exigir comprovações, determinar correções e adotar medidas administrativas compatíveis com suas prerrogativas legais e contratuais, desde que respeitada a legalidade, a motivação dos atos administrativos e os direitos da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

9.1. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelo CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por meio de servidores formalmente designados para atuar na fiscalização e na gestão contratual, competindo-lhes zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas pactuadas, pela regularidade do fornecimento e pela preservação do interesse público.

9.2. Atuarão na fiscalização e gestão do contrato, conforme definido no procedimento licitatório e sem prejuízo de eventual formalização administrativa específica:

I – Gestor e Fiscal: **Luiz Roberto M. Sarmento**

9.3. Compete ao fiscal do contrato acompanhar a execução material do objeto, verificar a conformidade dos materiais entregues com as especificações do edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e deste contrato, bem como registrar, de forma clara e objetiva, todas as ocorrências relevantes relacionadas ao fornecimento.

9.4. Compete ao fiscal do contrato, especialmente:

I – conferir a quantidade, a qualidade, integridade dos materiais, conformidade técnica e adequação às especificações do objeto;

II – proceder ao recebimento provisório e subsidiar o recebimento definitivo do objeto,





na forma contratualmente estabelecida;

III – anotar em registro próprio as ocorrências verificadas na execução contratual, inclusive atrasos, falhas, desconformidades, recusas, substituições, notificações e demais intercorrências relevantes;

IV – solicitar à CONTRATADA a correção de falhas, a substituição dos materiais rejeitados e a regularização de inconformidades constatadas;

V – atestar, quando efetivamente comprovada a regular execução, os documentos necessários à liquidação da despesa;

VI – comunicar ao gestor do contrato e à autoridade competente as ocorrências que possam ensejar aplicação de sanções, glosas, retenções, alteração contratual, extinção do ajuste ou adoção de outras providências administrativas.

9.5. Compete ao gestor do contrato acompanhar a execução sob a perspectiva administrativa e funcional, promovendo a coordenação das providências necessárias ao regular desenvolvimento do ajuste e à adequada instrução dos atos administrativos dele decorrentes.

9.6. Compete ao gestor do contrato, especialmente:

I – supervisionar a atuação da fiscalização contratual e acompanhar os registros produzidos durante a execução;

II – coordenar a comunicação formal com a CONTRATADA, sem prejuízo das atribuições próprias do fiscal;

III – adotar ou propor as providências administrativas cabíveis nos casos de descumprimento contratual, irregularidade na execução, necessidade de alteração contratual, eventual prorrogação, reequilíbrio econômico-financeiro, aplicação de penalidades ou extinção do contrato;

IV – promover a adequada instrução processual dos atos relacionados à execução contratual;

V – zelar pela compatibilidade entre a execução prática do contrato e as disposições do





edital, do Termo de Referência e deste instrumento;
VI – encaminhar à autoridade competente as demandas cuja deliberação ultrapasse sua esfera de atuação.

9.7. As determinações da fiscalização e da gestão contratual, quando emitidas nos limites de suas atribuições e com fundamento neste contrato, no edital, no Termo de Referência ou na legislação aplicável, deverão ser observadas pela CONTRATADA, sem prejuízo do direito de apresentar, por escrito, as justificativas e impugnações que entender cabíveis.

9.8. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não exclui, limita nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução integral do objeto, pela qualidade dos materiais fornecidos, pela observância das normas técnicas e consumeristas aplicáveis, nem pelos danos que vier a causar à Administração ou a terceiros em decorrência de sua atuação.

9.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto, bem como eventuais tolerâncias, orientações operacionais ou anotações de acompanhamento realizadas pela fiscalização, não importam renúncia a direitos do CONTRATANTE, nem afastam a possibilidade de apuração posterior de vícios, defeitos, irregularidades ou responsabilidades da CONTRATADA.

9.10. Sempre que necessário, a Administração poderá substituir formalmente os agentes designados para a fiscalização e para a gestão do contrato, hipótese em que a alteração deverá ser registrada no processo administrativo correspondente, sem necessidade de aditamento contratual, salvo se houver repercussão direta sobre cláusula expressa deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como a prática de atos lesivos à execução contratual, à licitação, à Administração





Pública ou ao interesse público tutelado pelo presente ajuste, sujeitará a contratada às sanções administrativas cabíveis, observados a Lei nº 14.133/2021, o edital, este contrato, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade do caso concreto, as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos limites legalmente cabíveis;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, na forma da lei.

10.3. Constituem, entre outras, hipóteses aptas a ensejar a aplicação de sanções administrativas:

- I – atraso injustificado na entrega dos materiais;
- II – fornecimento do objeto em desacordo com as especificações do edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora ou deste contrato;
- III – entrega de materiais com vício, defeito, avaria ou qualquer desconformidade técnica;
- IV – recusa injustificada em substituir os materiais rejeitados pela fiscalização;
- V – inexecução total ou parcial do contrato;
- VI – descumprimento das determinações regulares da fiscalização, da gestão contratual ou da autoridade competente;
- VII – apresentação de informação, documento ou declaração falsa no curso da execução contratual;
- VIII – prática de ato destinado a frustrar os objetivos da contratação ou a dificultar a atuação fiscalizatória da Administração;
- IX – manutenção de conduta incompatível com a boa-fé objetiva, com a lealdade contratual e com os deveres de cooperação e transparência exigidos na execução do ajuste;





X – qualquer outra infração administrativa ou contratual prevista na Lei nº 14.133/2021 e nos documentos que instruem a contratação.

10.4. A sanção de advertência poderá ser aplicada quando a infração for considerada de menor gravidade e não justificar penalidade mais severa, especialmente nas hipóteses de irregularidades formais, desde que não haja prejuízo relevante à execução contratual, à Administração ou ao interesse público.

10.5. A multa poderá ser aplicada nas hipóteses de inadimplemento contratual, atraso, execução irregular, recusa de substituição, descumprimento de obrigação assumida ou prática de infração administrativa relacionada à execução do contrato, observados a proporcionalidade, a razoabilidade e os parâmetros do edital.

10.6. Para fins de dosimetria da sanção de multa, poderão ser considerados, entre outros critérios:

- I – a natureza e a gravidade da infração;
- II – a extensão do prejuízo causado à Administração;
- III – a reiteração da conduta irregular;
- IV – a existência de dolo ou culpa;
- V – a vantagem auferida pela contratada;
- VI – a tempestividade, ou não, da adoção de medidas corretivas;
- VII – as peculiaridades do caso concreto e a relevância do interesse público afetado.

10.7. Sem prejuízo da apuração administrativa específica, a multa observará, quando aplicável à execução contratual e por coerência com o instrumento convocatório, os parâmetros percentuais nele previstos, podendo incidir sobre o valor da obrigação inadimplida, sobre a parcela executada em desconformidade ou, quando a gravidade do caso justificar, sobre o valor contratual, sempre mediante motivação expressa no processo administrativo correspondente.





10.8. A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar caberá nas hipóteses em que a gravidade da conduta ultrapasse o âmbito de mera irregularidade contratual e revele comprometimento relevante da confiança administrativa, da regularidade da execução ou da higidez do vínculo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será reservada às infrações mais graves, especialmente quando caracterizada conduta dolosa, fraude, falsidade, comportamento inidôneo ou prática de ato lesivo de elevada reprovabilidade, na forma e nos limites definidos em lei.

10.10. A aplicação de qualquer sanção dependerá da instauração de procedimento administrativo no qual sejam assegurados à CONTRATADA ciência dos fatos imputados, oportunidade de manifestação, produção de defesa e exercício dos recursos cabíveis, observando-se os prazos e ritos legalmente aplicáveis.

10.11. As sanções administrativas não excluem a possibilidade de:

- I – rescisão ou extinção do contrato, quando cabível;
- II – retenção de pagamentos vinculados a obrigações controvertidas, nos limites legalmente permitidos;
- III – cobrança de perdas e danos;
- IV – reparação integral dos prejuízos causados à Administração;
- V – adoção das demais medidas administrativas, judiciais ou extrajudiciais cabíveis.

10.12. A aplicação de sanção não desobriga a CONTRATADA do cumprimento da obrigação inadimplida, salvo quando a própria Administração, por decisão motivada, reconhecer a impossibilidade, inutilidade ou desnecessidade do adimplemento remanescente.

10.13. Os valores de multa eventualmente aplicados poderão ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA, cobrados administrativamente ou exigidos pelos meios legais adequados, assegurado, em qualquer caso, o devido processo administrativo.





10.14. A eventual tolerância do CONTRATANTE quanto ao descumprimento pontual de obrigação contratual não implicará novação, renúncia a direito ou impedimento à aplicação posterior das medidas cabíveis, inclusive sanções administrativas, caso persista ou se renove a irregularidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital, neste instrumento e nas demais normas aplicáveis, mediante decisão administrativa motivada ou por consenso entre as partes, conforme a disciplina jurídica cabível em cada caso.

11.2. Constituem hipóteses que podem ensejar a extinção contratual, sem prejuízo de outras legalmente admitidas:

- I – o descumprimento total ou parcial das cláusulas contratuais, quando demonstrada a gravidade da inadimplência ou sua aptidão para comprometer a execução do objeto, a finalidade pública da contratação ou a confiança necessária à manutenção do vínculo;
- II – o atraso injustificado na entrega dos materiais, quando reiterado ou relevante a ponto de frustrar o atendimento da necessidade administrativa;
- III – o fornecimento de materiais em desacordo com as especificações contratuais, com o edital, com o Termo de Referência ou com a proposta vencedora, especialmente quando a desconformidade não for sanada no prazo concedido pela Administração;
- IV – a recusa injustificada da CONTRATADA em substituir materiais rejeitados, corrigir falhas ou atender determinações legítimas da fiscalização e da gestão contratual;
- V – a perda superveniente das condições de habilitação ou de aptidão necessárias à execução contratual, quando incompatível com a manutenção do ajuste;
- VI – a decretação de falência, a dissolução da empresa, a alteração substancial de sua estrutura ou finalidade ou a ocorrência de fato que evidencie comprometimento da capacidade de execução;
- VII – razões de interesse público, devidamente justificadas pela autoridade competente,





quando a manutenção do contrato se revelar inconveniente, desnecessária, desvantajosa ou incompatível com a finalidade administrativa;
VIII – ocorrência de caso fortuito ou força maior regularmente comprovados, quando tornarem impossível a execução do contrato;
IX – acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração e não haja prejuízo ao interesse público;
X – as demais hipóteses previstas em lei.

11.3. A extinção unilateral por iniciativa da Administração dependerá de regular apuração dos fatos e da observância do contraditório e da ampla defesa, sempre que a natureza da hipótese assim o exigir, com decisão motivada e devidamente instruída no processo administrativo.

11.4. Quando a extinção decorrer de culpa ou inadimplemento da CONTRATADA, poderão ser aplicadas, cumulativamente, as sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, da retenção de créditos legalmente admissível e da reparação integral dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

11.5. A extinção consensual somente será admissível quando demonstrada sua conveniência para a Administração, a inexistência de prejuízo à continuidade do serviço público ou à finalidade da contratação e a adequada formalização no processo administrativo correspondente.

11.6. Extinto o contrato, a CONTRATADA permanecerá responsável:

- I – pelos vícios, defeitos ou irregularidades dos materiais já fornecidos;
- II – pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução contratual;
- III – pelas obrigações legais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e civis decorrentes de sua atuação;
- IV – pelas penalidades aplicadas e pelos prejuízos cuja apuração ou cobrança sobrevenha após o encerramento formal do vínculo.





11.7. A extinção do contrato não prejudicará a eficácia das cláusulas destinadas a produzir efeitos após o término da relação contratual, especialmente aquelas relativas à responsabilidade civil, à fiscalização de vícios, à apuração de penalidades, à reparação de danos, à prestação de contas da execução e ao foro competente.

11.8. Formalizada a extinção contratual, ficará vedada a emissão de nova Autorização de Fornecimento relacionada ao presente contrato, ressalvadas as providências estritamente necessárias à liquidação de obrigações já constituídas, à apuração de responsabilidades pendentes e à adoção das medidas administrativas decorrentes do encerramento do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. O presente contrato poderá ser alterado, observados o interesse público, a motivação administrativa, a prévia instrução do processo e os limites e hipóteses admitidos pela Lei nº 14.133/2021, mediante formalização por termo aditivo, ressalvadas as situações em que a legislação autorize apostilamento ou outro instrumento simplificado cabível.

12.2. As alterações contratuais poderão decorrer, entre outras hipóteses legalmente admitidas:

- I – da necessidade de adequação quantitativa ou qualitativa do objeto, para melhor atendimento da finalidade pública da contratação;
- II – da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que demandem ajustes para preservação da execução contratual;
- III – de modificações necessárias à melhor especificação técnica da execução, desde que não haja descaracterização do objeto lícito;
- IV – da necessidade de recomposição da equação econômico-financeira, nas hipóteses legalmente cabíveis;
- V – da adoção de providências administrativas necessárias à continuidade, regularidade, adequação ou aperfeiçoamento da execução contratual, desde que compatíveis com a ordem jurídica e com os limites da contratação originária.





12.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, até o limite legal aplicável, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, desde que regularmente motivados e formalizados pela Administração.

12.4. Nenhuma alteração contratual poderá importar em desvirtuamento do objeto originalmente licitado, em violação à isonomia entre licitantes, em supressão indevida da competitividade, em burla ao procedimento licitatório ou em ofensa aos princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

12.5. As alterações que repercutirem sobre prazo, preço, quantidade, especificações, forma de execução, obrigações das partes ou equilíbrio econômico-financeiro dependerão de manifestação técnica e jurídica quando exigível, bem como da devida formalização no processo administrativo correspondente.

12.6. Não serão admitidas alterações fundadas em mera conveniência informal, em erro de planejamento imputável exclusivamente à contratada, em tentativa de recomposição remuneratória sem respaldo legal ou probatório, nem em qualquer circunstância que importe em vantagem indevida ou em prejuízo à vantajosidade da contratação para a Administração.

12.7. A eventual necessidade de alteração contratual deverá ser comunicada e justificada de forma expressa no processo administrativo, com demonstração clara dos fatos, dos fundamentos jurídicos, dos impactos sobre a execução e da compatibilidade do ajuste pretendido com a legislação aplicável.

12.8. As alterações unilaterais promovidas pela Administração, quando legalmente admitidas, não afastam o direito da CONTRATADA à preservação da equação econômico-financeira do contrato, desde que demonstrado, de forma objetiva e documentalmente comprovada, o impacto efetivo da modificação sobre os encargos assumidos.





12.9. As modificações meramente formais, correções materiais, atualizações de dados cadastrais, substituição de fiscais ou gestores e demais ajustes sem repercussão substancial sobre a relação obrigacional poderão ser processados na forma administrativa adequada, desde que não importem em alteração essencial do conteúdo contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO, DA PUBLICIDADE E DO FORO

13.1. O presente contrato vincula-se, para todos os fins de direito, ao **Pregão Eletrônico nº 23/2026**, ao **Processo de Licitação nº 80/2026**, ao **Termo de Referência**, à proposta vencedora apresentada pela CONTRATADA, aos atos praticados no curso do procedimento licitatório e à legislação de regência, especialmente à Lei nº 14.133/2021, ao Decreto Municipal nº 4499/2025 e às demais normas aplicáveis à contratação pública.

13.2. Integram este contrato, independentemente de transcrição, o edital, o Termo de Referência, a proposta adjudicada, as autorizações administrativas pertinentes, os atos formais de designação da fiscalização e da gestão contratual, bem como os demais documentos essenciais constantes do processo administrativo correspondente, prevalecendo, em caso de divergência interpretativa, a solução que melhor resguarde a legalidade, a coerência do procedimento e o interesse público.

13.3. A eficácia e a publicidade do presente contrato observarão as exigências da Lei nº 14.133/2021, bem como os meios oficiais de divulgação adotados pela Administração Municipal, inclusive quanto à publicação e disponibilização dos atos contratuais nos canais e sistemas oficialmente exigidos ou utilizados pelo ente público, sem prejuízo de outras providências administrativas cabíveis.

13.4. A formalização, a execução, o acompanhamento, os aditamentos, os apostilamentos, os pagamentos, as sanções, a extinção contratual e os demais atos relacionados a este instrumento deverão ser devidamente registrados e instruídos no respectivo processo administrativo, de modo a assegurar transparência, rastreabilidade, controle e segurança jurídica.





13.5. Eventual tolerância de uma parte para com a outra quanto ao descumprimento de obrigação contratual não importará novação, renúncia, modificação tácita do ajuste ou precedente vinculante para situações futuras, permanecendo íntegros os direitos, faculdades e prerrogativas previstos neste contrato e na legislação aplicável.

13.6. As comunicações entre as partes, quando relacionadas à execução contratual, deverão ocorrer preferencialmente por escrito, por meio físico ou eletrônico idôneo, inclusive por e-mail institucional ou outro canal formalmente admitido pela Administração, de modo a permitir comprovação, rastreamento e adequada instrução do processo administrativo.

13.7. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021, dos princípios que regem a Administração Pública, das normas municipais aplicáveis, das cláusulas deste contrato e, subsidiariamente, das regras gerais de direito administrativo e de direito privado incidentes à espécie, no que couber e desde que compatíveis com a natureza jurídica da contratação.

13.8. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução, interpretação ou cumprimento deste contrato, que não possam ser resolvidas na esfera administrativa, fica eleito o **Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.9. E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, na forma admitida pela legislação vigente, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Camilo Cezar Minosso Gatti

PROPONENTE

Prefeito Municipal

VENCEDOR

CNPJ.....



Assinantes

✓ **Camilo Cezar Minosso Gatti**

Assinou em 08/05/2026 às 15:57:40 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de CAMILO CEZAR MINOSSO GATTI com o CPF ***.038.089-**, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, Camilo Cezar Minosso Gatti, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ **ANDRE LUIS SIMIONI**

Assinou em 08/05/2026 às 16:18:01 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de ANDRE LUIS SIMIONI com o CPF ***.503.139-**, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, ANDRE LUIS SIMIONI, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

J9W

XJV

431

07N